

ALCINO PEDROSA • ANTÓNIO ALMODOVAR
ARMANDO CASTRO • CARLOS BASTIEN
DIOGO RAMADA CURTO • FERNANDO ROSAS
J. ESTEVES PEREIRA • JORGE PEDREIRA
JOSÉ LUÍS CARDOSO • JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO
JOSÉ VICENTE SERRÃO • MENDO CASTRO HENRIQUES

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL

Comunicações apresentadas
no *Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal*
organizado em Outubro de 1987
pelo Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa (CISEP)
do Instituto Superior de Economia

Organização e Prefácio de
JOSÉ LUÍS CARDOSO

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE
LISBOA
1988

**A AFIRMAÇÃO DAS IDEIAS
ECONÓMICAS MARXISTAS EM PORTUGAL
(1945-1954)**

Carlos Bastien

1. A década que se segue ao fim da Segunda Guerra Mundial constitui, a vários títulos, um momento de crise, um momento de condensação de contradições latentes e, até certo ponto, um momento de viragem na evolução da sociedade portuguesa contemporânea.

Em termos genéricos notar-se-á que, no plano das estruturas globais, se vive o momento da transição para um capitalismo monopolista de Estado, embora com peculiaridades advindas de um mercado subdesenvolvimento e da existência de um Estado corporativo.

Nesse contexto, equilíbrios económicos e sociais vindos dos anos 30, designadamente a vigência de uma aliança agrária-industrial que visa a cristalização das estruturas económicas e sociais e conduz à quase estagnação das forças produtivas, são em parte postos em causa por um industrialismo desenvolvimentista mitigado e por uma recomposição do bloco dominante num sentido favorável à predominância da segunda componente¹. Conaturalmente a situação manter-se-á difícil até praticamente ao *boom* que se segue à guerra da Coreia.

No plano político, se bem que as estruturas do poder de Estado não sejam significativamente modificadas, os dados do jogo estão agora alterados com a afirmação de um movimento operário e de uma oposição democrática revigorados.

¹ *Vd.*, Alfredo Marques, *La Politique Economique Portugaise dans la Periode de la Dictature (1926-1974)*, Grenoble, 1980, pp. 26-29, em especial. Ainda do mesmo autor, *A Evolução da Economia Portuguesa sob a Ditadura*, in *Economia e Socialismo*, n.º 68 vol. 10, Julho/Março de 1986, pp. 103-110.

CARLOS BASTIEN

Assistente e membro do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Organizador da antologia Marx/Engels, *Sobre o Sindicalismo*, autor de «A Revista de Economia e a introdução do keynesianismo em Portugal» e de «O economista Aratijo Correia».

Tem em curso um projecto de investigação sobre o «Pen-samento económico no Portugal contemporâneo».

No plano conjuntural o regime vê-se internamente a braços com uma das maiores vagas de contestação popular de toda a sua existência e encontra-se, externamente, algo isolado com a derrota dos que a consciência social tendia a identificar como sendo os aliados naturais do salazarismo².

Também no campo das ideias há modificações. Elas arrancam muitas vezes de um espaço exterior ao bloco social dominante e ao seu aparelho de Estado e em oposição a estes. Fundamentalmente são novas atitudes mentais e novos ou revigorados corpos ideológicos que se afirmam, porventura enquadráveis numa reconstituição da matriz ou matrizes culturais vigentes, que têm em comum a crença no progresso, a defesa do racionalismo, o destaque das virtualidades da ciência e a defesa da modernidade.

Conjuntamente, uma das manifestações mais visíveis desta nova situação é precisamente o surto das ciências sociais e, em particular, o recompor do campo do saber económico³.

2. As representações ideais da vida económica vão conhecer importantes alterações neste relativamente breve período.

No que respeita à teoria propriamente dita e às ideologias teóricas há fundamentalmente a assinalar o relativo abatimento do corporativismo, já que todas as suas principais criações doutrinárias se situam antes de 1945, o renovar da tradição neoclássica, que se vai aprofundar, formalizar e abstractizar atijando a carga histórica e institucionalista que a acompanhava, o keynesianismo, que fará a sua entrada na cena cultural portuguesa, o marxismo, que vai conhecer decisivo impulso após uma falsa partida ocorrida ainda no século XIX.

Refira-se, assim, em relação a este último, porque é de momento o objecto da nossa atenção, que a partir de 1853, e sobretudo a partir da década de 70, são visíveis sinais de algum conhecimento da obra teórico-económica de Marx, designadamente por parte de alguns membros da academia coimbrã⁴.

² Vd., A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, 1981, pp. 384-396.

³ Vd., Fátima Nunes, *Revista de Economia, o Discurso de Uma Publicação Científica (1948-1958)*, in *O Estado Novo, das Origens ao fim da Autarquia (1926-1959)*, vol. 2, Lisboa, 1987 pp. 229-243.

⁴ Vd., Victor de Sá, *Perspectivas do Século XIX*, Porto, 1976, pp. 55-70 e 217-228. Alfredo Margarido, *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa, 1975.

Note-se, no entanto, que esse conhecimento era relativamente superficial, episódico, não dando lugar a qualquer discussão teórica continuada e, sobretudo, não mediando qualquer leitura das condições concretas da economia portuguesa coeva. Além disso, nenhum dos seus protagonistas era assumidamente marxista.

Será sobretudo no período posterior à Revolução Russa de 1917 que a presença do marxismo se irá aprofundar. Primeiro, no terreno da reflexão política e posteriormente, já nos anos 30, cumulativamente no da filosofia, no da epistemologia, no da estética.

É preciso esperar pelo fim da guerra para que esse movimento de ideias se estenda à esfera das representações ideais da economia, dando curso a uma produção consistente e continuada, no âmbito da teoria propriamente dita, no dos debates ideológicos e designadamente dos relativos à orientação da política económica portuguesa, influenciando mesmo as manifestações mais correntes da consciência social.

3. A criação propriamente teórica assume umas vezes forma puramente abstracta, em outras desenvolve-se no interior de estudos de natureza aplicada. No conjunto centra-se nos seguintes pólos temáticos: a questão do valor, a lei da pauperização da condição de vida operária, a questão agrária, as condições da acumulação capitalista, a confrontação entre os sistemas de Marx e de Keynes.

3.1. A introdução da teoria marxista do valor-trabalho efectiva-se, não tanto sob a forma de exposição em termos positivos, mas sobretudo através da polémica teórica e da crítica da teoria subjectiva do valor, que informou boa parte da literatura económica existente e designadamente os manuais de economia política que então vigoravam entre nós.

O acontecimento teórico capital na afirmação da leitura marxista do problema do valor é um estudo de Castro, *Origem e destino da teoria subjectiva do valor*⁵. Nele consta a fixação das condições gerais a que uma

Armando Castro, *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*, Lisboa, 1980, pp. 117-120; ainda *Para a História do Pensamento Marxista em Portugal*, incluído no vol. colectivo *O Marxismo no Limiar do Ano 2000*, Lisboa, 1985, pp. 135-190.

⁵ In *Revista de Economia*, vol. 1, fasc. 3, 1948, pp. 137-150.

teoria do valor deve obedecer e a verificação do eventual cumprimento dessas condições por parte da teoria subjectiva.

Em substância afirma-se aí que, no plano qualitativo, uma teoria do valor «tem que esclarecer (...) a existência de classes com um papel definido na produção e distribuição (...), definindo simultaneamente a natureza dos fenómenos económicos (o que entronca na observação inicial de que a economia é uma disciplina social)», e que num plano quantitativo «a teoria do valor tem que fornecer uma medida quantitativa homogénea, que não seja ela própria um valor porque senão nada se teria explicado».⁶

Da aplicação destes critérios ao marginalismo subjectivo concluiu-se, em essência, que este fornece uma análise atomista da sociedade, o que impossibilita a compreensão das suas estruturas fundamentais e do seu movimento, revelando-se por isso teoricamente estéril. Noutra plano concluiu-se que «o princípio da utilidade marginal não fornece uma quantidade homogénea como medida do valor que permita confrontar o valor das mercadorias e adicioná-los; para esta concepção o confronto faz-se no foro íntimo de cada indivíduo».⁸

A crítica não se detinha contudo neste ponto, passava à consideração do caso em que autores neoclássicos substituíam a própria noção de utilidade marginal, como raiz do valor, pela de preferências do consumidor expressas no mercado. A conclusão enunciada consistia em verificar, justamente, que com esta substituição os valores passavam a explicar-se a si próprios, caindo-se numa pura tautologia.

No essencial, esta argumentação, cuja estrutura se aproxima bastante da utilizada por Maurice Dobb numa obra que parece ter tido papel relevante na difusão da teoria económica marxista,⁹ limpava o terreno teórico, que não o ideológico, criava condições de afirmação da teoria do valor-trabalho como Marx a concebeu.

3.2. Uma outra área teórica que prendeu a atenção dos economistas portugueses foi a designada lei da pauperização. Ao longo da história do marxismo esta questão tem sido um dos pontos tradicionalmente polémicos.

⁶ In *Revista de Economia*, vol. 1, fasc. 3, 1948.

⁷ *Art. cit.*, p. 140.

⁸ *Art. cit.*, p. 147.

⁹ *Political economy and capitalism*, Londres, 1972 (orig. de 1937), em especial o ensaio *The requirements of a theory value*, pp. 1-33.

cos, quer no interior desta corrente de pensamento quer entre os seus críticos.

Afirmaram-se interpretações teóricas que tomavam essa lei num sentido absoluto, designadamente as vindas da parte do marxismo revisionista europeu, e em particular de Bernstein, afirmaram-se pontos de vista que a adoptavam num sentido apenas relativo, e afirmaram-se, por parte dos críticos, posições teóricas que negavam qualquer validade àquela lei que, nesse contexto, era apenas referida como prova da falência das *profecias* de Marx.

Entre nós não houve propriamente um debate teórico nos termos acima definidos, mas o sujeito da referida lei a um teste empírico revelador do seu potencial analítico.

Foi protagonista desse ~~conhecimento~~ ^{estudo empírico} teórico Jorge Alarcão num trabalho intitulado *Estimativa do nível de vida da população operária portuguesa*¹⁰. Aí se conclui que, no período entre guerras, em que a economia portuguesa vive numa espécie de letargia, se verifica uma pauperização absoluta expressa na «diminuição de poder de compra de 17 por cento verificada entre 1918 e 1944 no rendimento real da nossa classe operária»¹¹.

A hipótese da pauperização relativa não é, eventualmente por falta de dados estatísticos disponíveis, sujeita a idêntico teste. Ela é no entanto fortemente sugerida na sequência das considerações precedentes, quando explicitamente se afirmava que «o salário-rendimento-real do operário industrial português diminui apreciavelmente nos dois anos típicos considerados para a observação — um, o ano de 1918, no terminar da Primeira Guerra Mundial, com a qual criámos condições económicas e financeiras difíceis, e o outro, o ano de 1944, no terminar da Segunda Guerra Mundial, em que criámos condições inesperadas de riqueza»¹².

Também na abordagem desta temática era manifesta a influência de uma das obras de Maurice Dobb¹³. Não porque fosse explicitamente citada, mas porque há entre esta e o estudo de Alarcão um nítido paralelismo, quer no que respeita à definição da problemática quer nos métodos de cálculo

¹⁰ In *Revista de Economia*, vol. 1, fasc. 1, 1948, pp. 12-24.

¹¹ *Art. cit.*, p. 22.

¹² *Art. cit.*, p. 19.

¹³ *Vd.*, *Os salários*, S. Paulo, 1977 (ed. original de 1928, diversas vezes revista), em especial os dois primeiros capítulos.

mente as possibilidades meramente derivadas do mero crescimento demográfico.»¹⁷

Pode notar-se que toda a discussão do problema decorria em termos muito próximos dos utilizados por Paul Sweezy, em obra que também cá terá tido alguma influência¹⁸; só que enquanto este último visualizava como forças contrabalçadoras da tendência ao subconsumo «o crescimento da população, os investimentos imperfeitos e os gastos estatais»¹⁹, Castro acenava o papel de uma eventual redistribuição dos rendimentos e a realização de uma reforma agrária.

3.4. A exposição das leis que regem o movimento histórico do sector agrícola no quadro de uma formação económica e social capitalista foi outro pólo temático. Mais uma vez, a teoria surgia envolvida na expressa abordagem do caso português e mais uma vez o seu protagonista era Castro, numa obra publicada logo em 1945²⁰.

No plano teórico, por constituírem a ossatura da leitura proposta, eram particularmente relevantes quatro tópicos, desenvolvidos ao longo do capítulo III: a tendência para a concentração da terra e a proletarização do campesinato, a afirmação da superioridade económica da grande sobre a pequena exploração, a teoria da renda da terra e, ainda, o denunciar da chamada lei dos rendimentos decrescentes.

Explicava-se assim o ponto de vista de que «a estrutura da economia agrária apresenta-se dinamicamente, quer tendendo para a diminuição do número de pequenos proprietários, aumentando a percentagem dos assalariados sem terra, quer como combinação no mesmo sentido dos dois movimentos, isto é, aumento do número de pequenos proprietários em geral e de assalariados não proprietários; e estes dois movimentos não são antagónicos dada a posição do pequeno proprietário, afim da do não proprietário trabalhador. Paralelamente o desenvolvimento técnico-económico da grande empresa progride sempre, embora com maior ou menor rapidez»²¹.

¹⁷ *A indústria nacional e expansão do mercado interno*, in *Indústria Portuguesa*, vol. 22, n.º 252, Fev. de 1949, p. 79.

¹⁸ *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Rio de Janeiro, 1967. (A edição original desta obra data de 1942).

¹⁹ *Ob. cit.*, p. 247.

²⁰ Armando Castro, *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional*, Coimbra, 1945.

²¹ *Ob. cit.*, p. 87.

adoptados. O facto não surpreende, pois este economista havia trabalhado directamente com Dobb¹⁴.

3.3. Da problemática da acumulação capitalista reteve-se fundamentalmente a discussão das condições de realização da mais-valia, ou seja, a questão dos mercados.

Esta é, ao contrário das anteriores, uma questão que se relaciona mais directamente com desenvolvimentos introduzidos no pensamento marxista do que propriamente com a temática de *O Capital*.

Como se sabe, Marx repudiou expressamente a lei de Say. No entanto, ao tratar a acumulação capitalista com a ajuda das hipóteses teóricas da reprodução simples e alargada do capital, não considerou detalhadamente o problema da eventual desproporção e insuficiência da procura, visto que nesse momento o seu objectivo era o esclarecimento das condições em que *abstractamente* se verificaria o equilíbrio daquele processo. A análise dos desequilíbrios resultantes da insuficiência da procura foram, assim, remediados para o quadro da teoria dos ciclos e das crises que esboçou.

No entanto, o que preocupava os economistas portugueses não era tanto a problemática do ciclo, mas sim o esclarecimento teórico de uma espécie de depressão permanente em que a economia portuguesa parecia viver.

A mais nítida abordagem do problema é devida a Castro¹⁵, que toma essa depressão permanente como decorrente de uma crónica tendência para o subconsumo, por sua vez fundada numa desajustada repartição do rendimento social. Em última análise, esta tendência não era mais do que a existência de uma desproporção entre produção e consumo, resultante da anarquia *realmente* característica do processo de produção capitalista.

Na sequência desse ponto de vista observava: «O mercado interno constitui, portanto, o mercado mais vasto e possivelmente o mercado mais estável para a indústria portuguesa, isto quer dizer que sem a procura dos consumidores nacionais susceptível de garantir a expansão industrial não podemos ter esperanças de ver transformada a estrutura do país.»¹⁶

Adiante concluiu: «O progresso industrial exige que o mercado interno não seja estacionário, antes fortemente expansivo, exige que exceda larga-

¹⁴ *Vd.*, F. Abranches Ferrão, *Demissão de Um Funcionário em Conselho de Ministros*, Lisboa, 1949, p. 15.

¹⁵ *A indústria nacional e expansão do mercado interno*, in *Indústria Portuguesa*, vol. 22, n.º 252, Fev. de 1949, pp. 79-81.

¹⁶ *Art. cit.*, p. 79.

Relativamente ao problema da renda introduzia-se o ponto de vista marxista de que «a teoria económica distingue dois grandes tipos de renda: a renda diferencial e aquela que se costuma designar por renda absoluta»²². Quanto ao papel do arrendamento notava-se: «À medida que se acentua a evolução histórica da economia agrária, maior tende a ser a percentagem dos arrendatários em relação aos proprietários que exploram directamente a terra, aos proprietários-empresários. Tal fenómeno de dissociação progressiva entre empresário e proprietários é na verdade uma característica universal e geral da economia agrária.»²³

A crítica da chamada lei dos rendimentos decrescentes era outro tema claramente valorizado, já que tal lei constituía pilar fundamental de toda a construção neoclássica. Ela permitia a esta naturalizar o que era essencialmente um resultado da dinâmica histórica e social, neste caso o atraso da agricultura. É, assim, sobre este ponto que se produz novo confronto das duas concepções, afirmando-se: «É na verdade absurdo falar em lei do rendimento decrescente da terra pela inversão sucessiva de doses de capital e trabalho. Na economia real, como é evidente, a inversão de novas doses de capital e trabalho implica que essa inversão se faz historicamente, se efectua para uma técnica que progrediu: utilizam-se maquinismos mais perfeitos, novos sistemas de cultivo da terra, de tratamento, selecção de gados, de transporte, etc.»²⁴

No seu conjunto, esta abordagem retomava e confirmava, no contexto histórico português, as grandes leis teóricas que expressam a evolução do sector agrícola, tal como o marxismo as concebia.

As grandes referências teóricas eram aqui, mais do que Marx, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Lenin e, sobretudo, *A Questão Agrária*, de Kautsky, textos já então conhecidos dos economistas marxistas portugueses e que, à escala internacional, moldavam a visão desta problemática.

3.5. A temática das relações económicas internacionais, ou seja, a teorização do fenómeno imperialista, mereceu também alguma atenção.

Não houve entre nós propriamente um acompanhar e um participar nos desenvolvimentos e polémicas teóricas que, desde o início do século, vinham prendendo a atenção de Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Rudolf Hilfer-

²² Armando Castro, *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional*, Coimbra, 1945, p. 91.

²³ *Ob. cit.*, p. 102.

²⁴ *Ob. cit.*, p. 132.

ding e outros. O que houve foi a recepção da teorização proposta por Lenin, no seu conhecido estudo *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo* que, à data, havia já conhecido edição parcial em Portugal²⁵, à luz da qual se conduziram algumas investigações acerca da situação económica internacional e marginalmente da inserção da economia portuguesa no contexto da economia mundial capitalista.

Cronologicamente cremos que a primeira aplicação expressa da teoria, por autor português, se deve a Alarcão, num estudo ligeiramente anterior ao período que aqui consideramos, mas que, em termos de geração teórica, se pode nele incluir²⁶.

A formulação clara, embora resumida, da teoria vai no entanto surgir num estudo de Castro, cujo núcleo se pode resumir nas próprias palavras do autor: a) «Em primeiro lugar, os países exportadores são países que atingiram um grau de grande maturidade económica, nos quais predominam organizações monopolistas. Este facto, acrescido do reduzido poder de compra dos consumidores, restringe as possibilidades de colocação de capitais na produção (...); b) nos países atrasados a taxa média de lucro é superior à existente nas nações amadurecidas (...); c) finalmente, nas nações que absorvem os capitais, as fontes de matérias-primas não estão monopolizadas, há possibilidade de obter mercados para os artigos produzidos (...). As consequências destes movimentos de capitais são evidentes. Eles contrariam a tendência para a queda da taxa de lucro.»²⁷

A postura teórica aqui assinalada surgia ainda sob a forma de crítica do pensamento neoclássico dominante, designadamente quando se notava que «o problema das exportações e importações de capitais (...) surge na teoria académica como um problema de equilíbrio das trocas internacionais e de formas de sua realização»²⁸. Daí passava-se à conclusão: «Por trás e na base do problema das trocas e de certos aspectos circunstanciais estão aspectos [ignorados pelos autores ortodoxos] de importância decisiva para compreendermos a evolução imaneente do sistema económico actual (...).»²⁹ Também aqui era a afirmação de uma análise marxista, que

²⁵ *Vd.*, os cadernos V. Ilitch Lenin, *Monopólios e bancos; A partilha do mundo; O Imperialismo*, Lisboa, 1929.

²⁶ Jorge Alarcão, *O Problema do Mediterrâneo*, Lisboa, 1943, pp. 119 e segs.

²⁷ Armando Castro, *Movimentos internacionais de capitais*, in *Revista de Economia*, vol. 1, fasc. 4, p. 217.

²⁸ *Art. cit.*, p. 216.

²⁹ *Art. cit.*, p. 216.

atendia à dinâmica histórica, que se confrontava com a lógica dos equilíbrios presente na visão dominante.

3.6. Ainda relevante foi neste contexto o desenvolvimento da crítica marxista a Keynes e, bem assim, a tentativa da comparação entre os dois sistemas de pensamento.

Num primeiro momento, Loureiro³⁰ limita-se a uma breve e discreta comparação entre os dois sistemas, considerando que «a *Teoria Geral* é quicá o livro teórico mais carregado de significação que se publicou (...) depois de *O Capital* de Marx»³¹, notando a existência de «coincidências bem singulares [de Keynes] com o autor de *O Capital*, no que se refere especialmente ao desemprego crónico e à baixa secular do lucro»³², e anunciando a intenção de sujeitar aquele corpo teórico à crítica epistemológica, medindo-lhe «as pretensões de realismo e de objectividade e dissipar (...) o que nela é fumaça ideológica, pura fraseologia, destinada a alimentar ilusões velhas e a tentar criar ilusões novas»³³. No entanto, Loureiro a breve trecho alteraria significativamente a sua postura teórica e ideológica e a crítica não avançou.

Seria alguns anos mais tarde que Sousa³⁴ retomaria a questão, produzindo um interessante trabalho em que faz assentar a comparação entre aqueles sistemas em dois pilares fundamentais. Um é a contraposição entre o subjectivismo que encontra na corrente Keynesiana, expresso no papel central concedido às expectativas dos empresários e na aceitação da teoria subjectiva do valor, e o objectivismo marxista, expresso na busca das leis da acumulação do capital emanadas da dinâmica objectiva das estruturas económicas e sociais e na formulação da teoria do valor-trabalho.

O outro aspecto é o que se prende com a visão economicista de Keynes. Considera-se, neste estudo, que o instrumental analítico keynesiano privilegiava categorias puramente agregativas e noções operatórias expressivas de grupos económicos mas ignora as classes sociais, colocando-se assim em

oposição à «imprescindibilidade para o estudo do fenómeno económico da análise simultânea da estrutura social»³⁵, afirmada pela corrente marxista.

Não menos interessante é a referência que faz a uma eventual reolocação da problemática da procura efectiva em termos marxistas, considerando então expressamente que há em Marx «elementos suficientes para reconstruir [uma teoria] da procura efectiva»³⁶.

Reporta-se pontualmente ao facto de Marx atender à possibilidade de desequilíbrios globais resultarem do entesouramento, mas as perspectivas teóricas abrem-se também em outros pontos, designadamente quando Sousa aborda a função-consumo, remetendo as suas determinantes para as «relações entre as diferentes classes económicas», ou seja, «para a relação entre a mais-valia total e os salários e, em segundo lugar, para a forma como a mais-valia é dividida nas suas várias partes»³⁷.

4. As ideias económicas marxistas não se confinaram ao âmbito da teoria e tiveram também expressão em formulações doutrinárias, no quadro dos debates político-económicos e, em geral, dos debates ideológicos que então se travavam em Portugal.

É claro que, neste âmbito, é necessariamente visível uma menor rigidez e apuramento conceitual, surgindo aquilo que, no plano da teoria, é especificamente marxista associado a noções de outras proveniências teóricas, ideológicas e mesmo do senso comum. Dever-se-ão contudo considerar *marxistas* as formulações em que a ossatura fundamental dos discursos doutrinários se reporta àquele sistema conceitual, além de eventualmente se inscrever directamente numa prática social que dele se reclama.

Feita esta prevenção, acrescente-se que a intervenção dos ideólogos proutonistas desta corrente de ideias privilegiou as seguintes áreas temáticas: a miséria da condição operária, a reforma agrária, o desenvolvimento económico e social e o imperialismo.

4.1. Relativamente ao primeiro tópico pode observar-se que há, no discurso económico marxista, uma denúncia recorrente do baixo padrão de vida que então existia em Portugal.

³⁵ Antonino de Sousa, *O keynesianismo e as suas directrizes*, in Erich Roll, *História do Pensamento Económico*, vol. 2, Lisboa, 1950, p. 309.

³⁶ *Ob. cit.*, p. 313.

³⁷ *Ob. cit.*, p. 316.

³⁰ Fernando Pinto Loureiro, *Da economia neoclássica tradicional à economia keynesiana*, in *Revista de Economia*, vol. 2, fasc. 1, 1949, pp. 1-17.

³¹ *Art. cit.*, p. 16.

³² *Idem.*

³³ *Art. cit.*, p. 17.

³⁴ Antonino de Sousa, *O keynesianismo e as suas directrizes*, in Erich Roll, *História do Pensamento Económico*, vol. 2, Lisboa, 1950, pp. 195-323.

enunciados aqui transcritos sugerem, mas apelava implicitamente à legitimação científica, designadamente às leis da pauperização, e assim a busca dessa formal legitimação não tardou. Já a ela nos referimos noutra ponto⁴¹.

4.2. Outro dos grandes temas era a questão agrária. A intervenção nos debates económicos por parte das forças ideológicas marxistas polarizava-se na definição e na defesa da necessidade de uma reforma agrária, susceptível de alterar radicalmente as estruturas económicas e as relações de forças sociais nos campos, de conduzir à superação do tradicional atraso do sector, de «elevar o poder de compra da grande massa da Nação abrindo novas fontes de consumo para a produção industrial portuguesa»⁴².

A estrutura do discurso assentava num balanço sumário da situação vivida, sendo paradigmática a seguinte passagem: «Há mais de um milhão de hectares de terras incultas e entretanto há trabalhadores rurais desempregados e meio milhão de camponeses sem um palmo de terra. Há cursos de água e terras sedentas de água para poderem ser as mais belas hortas e jardins, e entretanto a irrigação não se faz, persistem grandes regiões e sequeiro, e os homens continuam pensosamente tirando água em noras e cegonhas primitivas. Falta o pão, e entretanto os grandes agrários alimentam os porcos a milho. O povo não tem que comer.»⁴³

Há também a identificação de uma política económica que é responsável pela manutenção desta situação: «Na agricultura nada se faz para entreter aos camponeses o milho de hectares incultos mas cultiváveis, nem outras centenas de milhar de hectares (...) que os grandes latifundiários condenam à esterilidade. Aos pequenos proprietários e rendeiros não são dadas facilidades de crédito, nem de adubos, nem de auxílio técnico e sobre eles continuam pesando sufocantes encargos tributários.»⁴⁴

Em compensação fortalecem-se os monopólios na agricultura.»⁴⁴

⁴¹ *Vd.*, Jorge Alarcão, *Estimativa do nível de vida da população operária portuguesa*, in *Revista de Economia*, vol. 1, fasc. 1, 1948, pp. 12-24.

⁴² Partido Comunista Português, *Por uma agricultura florecente, por uma vida desfogada nos campos*, s/1, 1954 (republished partially in *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária*, Lisboa, 1975, *Vd.*, p. 30).

⁴³ Álvaro Cunhal, *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*, s/1, 1946, p. 19.

⁴⁴ Álvaro Cunhal, *Unidade, garantia da vitória*, s/1, 1947 (republished partially in *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária*, Lisboa, 1975, *Vd.*, p. 19).

No quadro dos debates ideológicos então em curso, tal postura definia-se por oposição ao ponto de vista dominante que, para além de tanto quanto possível ignorar o tema, procurava a legitimação da pobreza e, por arrastamento, dos baixos salários, com critérios morais (a pobreza, uma virtude), com critérios naturais (a insuficiente dotação de recursos produtivos), ou com critérios falsamente teóricos (a baixa produtividade marginal do trabalho).

O discurso crítico marxista, por seu lado, organizava-se em torno da caracterização e da denúncia do pauperismo vigente, apresentando-a essencialmente como resultante de factores de ordem económica e social, em especial da política económica prosseguida.

Observe-se assim um exemplo:

«As classes trabalhadoras são as grandes sacrificadas pela política fascista. Após 20 anos de domínio fascista, as classes trabalhadoras debatem-se com crescentes dificuldades.

(...) A verdade é que, embora os salários nominais tenham aumentado nos últimos anos, os salários reais são hoje mais baixos que antes da guerra.»³⁸

Também a pauperização em termos relativos era objecto de atenção: «Se quisermos medir melhor o abismo que separa a nossa classe trabalhadora dos altos sectores capitalistas (...) é interessante notar que a relação entre os rendimentos da classe operária e os rendimentos do sector capitalista nos dão, para a classe operária, uma diminuição do seu salário relativo de 50 por cento entre 1939 e 1945.»³⁹

Quanto às causas dessa situação concluiu-se: «A política de salários e preços imposta pelo governo durante a guerra revela não só um declarado ataque às situações absolutas de miséria, que o nosso povo trabalhador suportava já em 1939, como traduz um partidarismo de classe em prejuízo desse sector.»⁴⁰

Um discurso desta natureza não excluía naturalmente a observação corrente da vida económica ao nível do senso comum, como os próprios

³⁸ Álvaro Cunhal, *O Caminho para o derrubamento do fascismo*, s/1, 1946, p. 24.

³⁹ Jorge Alarcão, *Para onde nos Leva a Política Económica do Governo?* Lisboa, 1948.

(*vid.* republicação em 1976, pp. 20-21).

Note-se que este texto foi publicado sem assinatura e sob a responsabilidade dos Serviços Centrais da Candidatura de general Norton de Matos, no entanto foi aquele economista o seu principal redactor.

⁴⁰ *Ob. cit.*, p. 21.

tais da política económica que a ela conduziu e da que se desenhava em termos de futuro.

Observava-se assim: «O governo conseguiu com a referida lei [de reconstrução económica] este tríplice objectivo bem significativo da mis- tificação realizada: — gastou uma verba apreciável e claramente dispendiosa para resultados que se podem medir em 13 anos por uma situação estável de zero industrial; gastou uma verba que, em absoluto, só pode ser consi- derada ridícula para as realizações que se propunham (...). Ainda que as possibilidades de aquisição das nossas reservas (...) representavam na rea- lidade uma importância 12 vezes superior à verba dispendida de facto com investimentos produtivos no triénio 1945-47, então parece-nos legítimo con- cluir pela fraqueza absoluta e relativa dos apregoados planos de fomento industrial a realizar no pós-guerra.»⁴⁸

Outro traço do processo de acumulação, sublinhado inclusivamente com mais insistência, era o apontar do processo de concentração e cen- tralização do capital então em curso e que estava no cerne da constitui- ção do capitalismo monopolista de Estado em Portugal. Este conceito não surgia ainda na literatura científica ou ideológica marxista, mas a descrição de aspectos fundamentais a ele conducentes estava já pre- sente

Esse ponto de vista tinha expressão em afirmações como a que segue: «A mesma orientação monopolista se vê nos planos fascistas de fomento e reorganização industrial. Como se propõe o governo fomentar a indús- tria nacional? Os planos do governo visam aniquilar friamente a pequena indústria em benefício da grande, visam eliminar legalmente a concorrên- cia da pequena indústria aos grandes monopolistas. (...) A aprovada reorganização da indústria dará todas as facilidades do Estado (participação no capital, facilidades financeiras, isenção de impostos, isenção de direitos de importação de máquinas, etc.) para a cria- ção de grandes *trusts* industriais.»⁴⁹

Naturalmente que a invocação destas condições constituía suporte de um programa alternativo, que visava a promoção do desenvolvimento — «é necessário que seja dado um grande impulso no desenvolvimento industrial do país, muito particularmente à montagem da indústria side-

⁴⁸ Jorge Alarcão, *Para onde nos Leva a Política Económica do Governo?* Lisboa, 1948, republicação de 1976, pp. 116-117.

⁴⁹ Álvaro Cunhal, *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*, s/1, 1946, p. 22.

Há finalmente uma conclusão: «De há muito que o Partido Comunista insiste em que, para uma agricultura florescente e uma vida desafogada nos campos, é condição indispensável uma Reforma Agrária.

(...) A primeira etapa que um governo democrático terá de realizar é a entrega aos proletários rurais e aos camponeses pobres dos latifúndios e das terras incultas. (...) Devem ainda ser anuladas todas as dívidas e hipotecas dos camponeses aos grandes agrários e usurários e ser facultado aos camponeses crédito barato, sementes seleccionadas, máquinas e técnicos (...). O Estado deve auxiliar a criação de cooperativas de produção e de consumo dirigidas pelos próprios camponeses (...).»⁴⁵

Pode verificar-se, também neste caso, que o discurso doutrinário não assentava exclusivamente numa legitimidade social, naturalmente advinda dos interesses históricos de operários e camponeses, mas apelava ainda a uma legitimidade originária da instância teórica. Este segundo aspecto não se cumpria facilmente no que respeita às prescrições positivas, visto que não existiam entre nós quaisquer estudos científicos acerca das reformas agrárias levadas a cabo em outras sociedades, mas aplicava-se ao diagnós- tico susceptível de conduzir à conclusão da necessidade daquela reforma, já que nesse período há um relativo surto de investigações teóricas nessa área temática conduzidas à luz do marxismo⁴⁶. Mas nem só estas eram sus- ceptíveis de conferir a legitimidade desejada⁴⁷.

4.3. As condições em que decorria a acumulação capitalista foram ainda um tema objecto de intervenção ideológica por parte da corrente marxista.

Essa intervenção abrange não só a caracterização e denúncia do atraso económico em que se vivia, mas sobretudo a crítica de traços fundamen-

⁴⁵ Partido Comunista Português, *Por uma agricultura florescente, por uma vida desafogada nos campos*, s/1, 1954 (republicado parcialmente em *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária*, Lisboa, 1975. *Vd.*, pp. 27 e 29).

⁴⁶ É exemplo não só a obra de Armando Casiro já referenciada no subcapítulo 3.4., mas ainda, e do mesmo autor, *Algumas considerações acerca da chamada lei do rendimento decre- cente*, in *Revista de Economia*, vol. 1, fasc. 2, 1948, p. 91 em especial; *Algumas característi- cas da agricultura portuguesa encaradas na sua conexão com o mercado*, in *Revista de Eco- nomia*, vol. 5, fasc. 4, 1952, pp. 229-234.

⁴⁷ *Vd.*, Francisco Ramos da Costa, *Inquérito à Habitação Rural*, Lisboa, 1944. Este é um exemplo possível de expressa utilização de obra académica como suporte de uma inter- venção doutrinária, não obstante a superficialidade revelada por este autor na sua adesão às posições teóricas e ideológicas do marxismo.

rúrgica»⁵⁰ —, mas não se identificava com a ideologia desenvolvimentista então empregada por outras formações ideológicas. Distingue-a desta uma diferente concepção quanto às alterações de estrutura económica a promover — a corrente marxista preconizava a nacionalização como modo de liquidação do alto capitalismo industrial, bancário e agrário — e ainda a definição do quadro político e social em que o desenvolvimento económico se processaria — «uma política de fomento da economia e de elevação do bem-estar do povo (...) só a pode realizar um governo que tenha a confiança popular (...) isto é, um governo democrático de unidade nacional»⁵¹.

Também estes aspectos programáticos tiveram a sua cobertura em alguma produção científica, mas esta orientou-se preferencialmente para o reconhecimento concreto do atraso⁵².

4.4. A caracterização da competente económica do fenómeno imperialista constitui o último dos grandes temas claramente valorizados e introduzidos pela corrente marxista no debate ideológico à escala nacional.

Atendendo ao papel específico de Portugal no contexto da economia mundial capitalista — país colonizador e colonizado —, o problema assumia uma dupla face.

Relativamente à situação de Portugal enquanto colonizado há uma relativamente extensa produção escrita. No essencial, a caracterização do fenómeno resume-se à citação dos sectores e empresas com participação de capital estrangeiro e ainda aos efeitos económicos mais facilmente detectáveis. Assim: «Uma das situações mais graves criadas a nosso país pela política do governo consiste nas importantes concessões que têm sido feitas aos capitalistas estrangeiros, permitindo-lhes montar indústrias, apossar-se das riquezas nacionais e drenar anualmente para o estrangeiro o fruto do trabalho nacional. (...) Citando só alguns elementos (...)»⁵³

⁵⁰ Partido Comunista Português, *Plano de fomento salazarista, plano de guerra e de traição e a estagnação da economia nacional*, in *Avante*, n.º 202 (6.ª série), Julho de 1955, p. 4.

⁵¹ Partido Comunista Português, *A demagogia salazarista não consegue esconder a crise e a estagnação da economia nacional*, in *Avante*, n.º 202 (6.ª série), Julho de 1955, p. 4.
⁵² *Vd.*, por exemplo Jorge Alarcão, *Subsídios para o estudo dos termos fundamentais da economia portuguesa*, in *Revista de Economia*, vol. 2, fasc. 2, 1949, pp. 73-90.

⁵³ Armando Castro e Lino Lima, *Política Económica do Governo de Salazar*, Braga, 1949, republicado in Humberto Socio, *Intervenção Política*, Porto, 1973. *Vd.*, p. 33.

A consequência lógica desta asserção era a previsão da expropriação de interesses económicos estrangeiros e, adicionalmente, a proposta de alargamento e diversificação das relações externas ao mundo socialista⁵⁴.

Por outro lado, a relação imperialista que Portugal, além de outros países, maninha com as suas colónias formais era também objecto de algumas intervenções, embora em menor quantidade⁵⁵. Tal deve-se provavelmente ao enorme peso das manifestações ideológicas colonialistas na sociedade portuguesa coeva. Nesta época é o Partido Comunista Português a força social que adopta uma posição ideológica anti-imperialista, declarando o expresso «reconhecimento do direito dos povos coloniais de se constituírem em Estados independentes»⁵⁶, mas está isolado nesse propósito.

Neste contexto não há grande debate em torno deste tema, e a própria produção teórica é relativamente breve e escassa; já a ela nos referimos.

5. As manifestações do senso comum e das ideologias, que constituem outra dimensão da esfera das ideias, não foram certamente insensíveis à junção das ideias económicas marxistas a que nos referimos, provindas da esfera teórica e da dos debates ideológicos e que, em última instância, visavam influenciar esse senso comum e essas ideologias banais.

É extremamente difícil reconstituir hoje, quer nos seus aspectos de conjunto, quer no que se reporta aos diversos grupos e classes sociais, o universo mental que, em finais dos anos 40 e início dos 50, compunha as representações mentais acerca da vida económica portuguesa e internacional, visto que não há hipótese de realizar inquérito ou sondagem que as registre.

Haverá porventura vias indirectas de ~~apreensão~~ apreensão a esse fenómeno, como sejam registos literários onde se aborda a vida económica, registos epistolares, por exemplo. Há a hipótese, explorada noutros contextos, de analisar o conteúdo de bibliotecas populares, tentando saber o que os portugueses liam sobre a economia, e há ainda a possibilidade de análise sis-

⁵⁴ *Vd.*, Partido Comunista Português, *Por relações comerciais com todos os países!* in *Avante*, n.º 205 (6.ª série), Out. de 1955, p. 4.

⁵⁵ *Vd.*, Partido Comunista Português, *Centenas de milho de contos roubados — um monopólio americano que saqueia Angola*, in *Avante*, n.º 202 (6.ª série), Julho de 1955, p. 2.

⁵⁶ *Cf.* Álvaro Cunhal no relatório que apresentou ao 3.º congresso do PCP realizado em 1943. *Cit.* in Fernando Guerreiro, *A história do PCP através de seis congressos*, in *Seara Nova*, n.º 1550, Dez. de 1974, p. 21.

temática da grande imprensa partindo do princípio que ela é susceptível de, em boa parte, reflectir e moldar as ideias colectivas. No entanto, tal tipo de inquérito não cabe no quadro do presente estudo nem tão-pouco se coaduna, pela sua extensão, com processos de pesquisa individual.

Resta-nos o recurso a referências dispersas que, de alguma forma, possam fornecer dados a este respeito e, sendo assim, não é possível ir além de simples hipóteses.

Admitimos que o conteúdo económico e a denúncia do imperialismo terá sido, de entre os grandes tópicos antes referidos, o que menos terá, neste período histórico, influenciado a consciência social: «Nós comunistas, lutamos contra o chauvinismo português em relação aos povos coloniais, chauvinismo que invade as próprias fileiras do proletariado», observou significativamente Cunhal⁵⁷.

Por outro lado, é provável que a denúncia de pauperização tenha tido um maior impacto. Não certamente porque tenha havido uma expressa incorporação da visão teórica deste fenómeno no senso comum, mas porque o seu agitar em termos teóricos, e sobretudo ideológicos, terá em todo o caso chamado a atenção e potenciado a consciência espontânea acerca das más condições de vida populares, como o sugere o forte movimento operário grevista em torno da reclamação salarial. Não é certamente por acaso que um diplomata estrangeiro então em Lisboa se referiu a esse movimento nos seguintes termos: «As massas [eram], devido à grande miséria, totalmente pró-comunistas.»⁵⁸

6. Numa apreciação do conjunto da produção teórica e ideológica marxista, não obstante não nos termos referido à sua totalidade mas apenas aos momentos que considerámos mais significativos, deve registar-se o facto de ela passar, nesta conjuntura, a processar-se com certa continuidade apesar da relativa fraqueza quantitativa.

No plano qualitativo é característico desta produção a relativa dispersão temática, sobretudo a que assume características propriamente teóricas, não havendo um tema que em particular a polarize.

⁵⁷ *Art. cit.*, p. 21.

⁵⁸ Cf. relatório de Slavko Koitch, cit. in Jorge P. Santos Carvalho, *Alguns documentos da legação do reino da Jugoslávia em Portugal (1941-1945)*, in *Vértice*, n.º 470/472, Jan.-Jun. de 1986, p. 75.

É ainda característico o facto de praticamente, com uma ou outra excepção que no momento oportuno assinalámos, não haver discussão assente directamente sobre conhecimento aprofundado de *O Capital*.

Os debates e os desenvolvimentos teórico-económicos que ocorreram no início do século na Europa, e a que se encontram ligados os nomes de Rosa Luxemburgo, Otto Bauer ou Rudolf Hilferding, por exemplo, parecem ser praticamente desconhecidos entre nós.

Dessa geração terá eventualmente tido alguma influência a obra de Karl Kautsky dedicada à questão agrária e, sobretudo, a de Lenin, em relação à caracterização do fenómeno imperialista.

As grandes influências parecem advir de economistas posteriores, designadamente de Maurice Dobb, em relação à discussão em torno do valor e à crítica da economia neoclássica, de Sweezy, que através da sua *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* poderá ter marcado uma visão predominantemente subconsumista da temática da realização ou dos mercados, e ainda de Erich Roll (autor que no início da sua carreira havia sido marxista), cujo capítulo 6 da *História do Pensamento Económico* constituía a única exposição relativamente aprofundada e sistemática deste sistema conceitual que então se editou em Portugal.

Parece assim ter havido uma relativa abertura a fontes bibliográficas estrangeiras, em detrimento da produção de uma versão própria e original. Efectivamente, não houve uma *grande obra* localmente produzida que, pelas perspectivas abertas e impacto gerados, fosse susceptível de catalisar o conjunto da produção, de influenciar decisivamente as leituras propostas e de gerar polémicas teóricas, do mesmo modo que não houve a produção de um manual que, de algumas forma, pudesse condensar um certo saber adquirido e matizar uma geração.

O esforço dos economistas marxistas portugueses dirigiu-se preferencialmente, não obstante uma ou outra incursão no terreno da teoria pura, para a leitura do concreto português, em obediência ao ponto de vista de que era urgente *conhecer/transformar Portugal*, como múltiplas vezes assinalaram⁵⁹.

Desse esforço criador não resultou uma leitura global e sistemática do capitalismo português contemporâneo, mas resultaram *apports* sectoriais

⁵⁹ *Vd.*, o ensaio de Fernando Pinto Loureiro, *Da necessidade de estudar os problemas concretos nacionais*, publicado sob o pseudónimo de Rodrigo Soares, in *Por Um Novo Humanismo*, Porto, s/d, pp. 99-102.

importantes, quer no campo da análise económica quer no de disciplinas afins⁶⁰, que ultrapassam o «marxismo esclerosado» que alguns críticos têm apontado⁶¹.

Não obstante o facto, já assinalado, de o marxismo português desta época não ter atingido a dimensão necessária à instauração de uma escola teórica e interpretativa *sui generis*, não deixa de ser patente a sua individualidade e o seu afastamento relativamente ao que alguns autores vêm designando por *marxismo ocidental*⁶².

São características principais dessa eventual variante do pensamento marxista o divórcio estrutural entre a teoria e a prática, o refúgio no ambiente universitário, a dominância dos temas filosóficos em detrimento dos políticos e económicos, a valorização do *jovem Marx*, o firme pessimismo⁶³. Ora nenhuma destas características é dominante entre nós no período *sub judice*.

Pelo contrário, o que define o marxismo em Portugal é o seu carácter militante, a abertura às ciências sociais, em particular à economia, o afastamento (forçado) do ambiente universitário, o desconhecimento da problemática filosófica do jovem Marx, o seu firme optimismo. A pujança do movimento operário, e o facto de se viver então uma conjuntura pré-revolucionária foram certamente decisivos para que assim acontecesse.

7. O facto de o marxismo, enquanto corrente de ideias económicas, só se afirmar definitivamente entre nós neste período tem naturalmente razões ideais, designadamente a fraca presença na tradição cultural portuguesa

⁶⁰ *Vd.*, por exemplo, e no que respeita à análise historico-económica, Armando Castro, *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (fim do século xx)*, Lisboa, 1947.

⁶¹ «Toda a política de Salazar (...) favoreceu (...) o alargamento da influência de um PCP estalinista no movimento operário e de marxismo-leninismo esclerosado no seio intelectual.» in António Reis, *O Marxismo e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, 1979, p. 20.

⁶² *Vd.*, em especial Perry Anderson, *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Porto, s/d; José Guilherme Melquior, *O Marxismo Ocidental*, Rio de Janeiro, 1987. Note-se que este último autor fornece uma explicação assaz curiosa para explicar a real, ou suposta, liquidação da componente económica do pensamento marxista no Ocidente. Assim, a publicação por Bohm Bawerk, de *Karl Marx e o Fechamento do Seu Sistema*, em 1896, teria constituído a crítica definitiva da economia de Marx, pelo que restou aos seguidores deste «deitar fora esse lastro», (ob. cit. p. 87).

⁶³ *Vd.*, Perry Anderson, ob. cit. pp. 120-121.

de elementos que estão na raiz daquela corrente, como sejam a especulação filosófica hegeliana e a economia clássica ricardiana, e tem ainda razões sociais.

Quanto a estas últimas, deve notar-se que a análise económica marxista conduzia ao esclarecimento das bases da dominação social burguesa, ao iluminar da sua transitoriedade histórica, ao socavar da sua legitimidade.

Nestas circunstâncias, só quando existem forças sociais operárias em condições organizativas, políticas e ideológicas susceptíveis de disputar a hegemonia e o poder à burguesia dominante, susceptíveis de forjar os seus próprios intelectuais orgânicos e/ou de atrair intelectuais de origem burguesa à ruptura política e ideológica com a sua classe de origem, é que se abrem espaços para que esta corrente teórica ultrapasse a fase das manifestações episódicas e superficiais e se afirme. É isso precisamente o que ocorre no Portugal dos anos 40.

Institucionalmente o marxismo teve como suporte privilegiado o Partido Comunista Português. No campo das ideias económicas a acção deste expressa-se na divulgação de informações e opiniões acerca da situação portuguesa e internacional, naturalmente seleccionadas de acordo com a importância que assumiam para o desenvolvimento da luta política, expressa-se na publicação regular de documentos contendo análises sectoriais e/ou conjunturais da vida portuguesa em apoio das suas propostas estratégicas, e ainda no catalisar da acção de um conjunto de intelectuais que, a título mais ou menos individual e autodidáctico ou inseridos em outras instituições, vão produzindo conhecimentos económicos à luz do marxismo.

As candidaturas e os movimentos políticos semilegais da oposição democrática foram também, neste período, instâncias materiais de suporte de uma acção ideológica em que o marxismo teve expressão, designadamente na Comissão de Economistas do MUD e nos Serviços da Candidatura do General Norton de Matos. Saliente-se no entanto que a natureza frentista desses agrupamentos tendeu a esbater a influência daquele ideário, quer sob o impacto da presença de outras correntes quer sob a presença de manifestações de senso comum, resultando numa espécie de descrativismo crítico que persistentemente marcou o discurso económico oposicionista⁶⁴.

⁶⁴ Exemplifica-o o facto de a ideia neoclássica, salazarista e de senso comum, de que a regra do equilíbrio do orçamento do Estado é em si um bem a preservar, surgir com insistência no discurso oposicionista. *Vd.* por todos o manifesto, *O Movimento Nacional Democrático chama à unidade de acção todos os democratas e patriotas portugueses*, s/1, 1955.

Pontualmente, também associações culturais populares terão constituído veículo de circulação social desta visão da esfera do económico ⁶⁵.

No que respeita ao aparelho editorial e informativo, a presença do marxismo é bastante limitada. A repressão ideológica vigente impede praticamente o seu acesso aos grandes meios de comunicação de massas bem como à imprensa regional, onde só episodicamente se expressa ⁶⁶, restando-lhe a imprensa clandestina, necessariamente de menor alcance. Em contrapartida a pressão ideológica antimarxista é geral.

Em matéria de revistas científicas e paracientíficas verifica-se que a sua presença é detectável na *Revista de Economia*, se bem que em paralelo com outras concepções, e pontualmente na *Vértice*, que não era uma publicação vocacionada para temática económica.

Quanto a livros há notícia da circulação de edições estrangeiras, de impacto, necessariamente restrito mas que, apesar de tudo, parecem ter sido os veículos mais importantes na formação de uma geração de economistas autodidactas. Relativamente a edições portuguesas desta época, para além das edições dos escritos de autores portugueses e da obra de Roll, que já referenciámos, pode encontrar-se um manual de economia, que no entanto não passou da introdução histórica ⁶⁷, um ou outro caderno reunindo pequenos textos de vulgarização ⁶⁸, e um resumo de uma das obras económicas de Estaline ⁶⁹.

Em outros aparelhos ideológicos, designadamente nas poucas e débeis instituições dedicadas à investigação económica, na sua maioria integradas no aparelho de Estado, a regra é a ausência do marxismo.

Nas instituições escolares universitárias a relação com essa corrente do pensamento económico limita-se praticamente a acção autodidáctica de gru-

⁶⁵ *Vd.*, por exemplo, as conferências realizadas na Voz do Operário em 1945, por F. Ramos da Costa, e subordinadas ao título *O desamparo do trabalho e a democracia económica*.

As limitações já apontadas na nota 47 não alteram o significado global da acção.

⁶⁶ *Vd.*, a este respeito a abundante informação contida em Armando Castro, *Para a história do pensamento marxista em Portugal*, no volume colectivo, *O Marxismo no Limiar do Ano 2000*, Lisboa, 1985, pp. 168 e segs.

⁶⁷ A. Bagdan (Bogdanov), *Pequeno Manual de Economia*, vol. 1, Lisboa, 1946.

⁶⁸ *Vd.*, por exemplo, Luís Carvalho e Oliveira, *As Crises Económicas*, Lisboa, 1946;

C. Barata e C. Santos *Alguns Textos de Economia e Técnica*, s/l, 1946; A. Faria, G. Deslandes Monny-Tell e N. Fátia Vital, *Textos culturais-economia e técnica*, s/l, 1946.

⁶⁹ *O estudo de Estaline sobre os problemas económicos do socialismo na URSS*, in *Avantie*, n.º 172 (6.ª série), Nov. de 1952, pp. 1-2.

pos de estudantes radicalizados. Ao nível do ensino aí ministrado a situação varia entre a simples omissão e a exposição caricatural seguida de crítica sumária ⁷⁰. Nos graus médios e inferiores do ensino, onde o controlo ideológico era ainda mais rígido, só o primeiro termo daquela alternativa tem realidade.

8. As notas que aqui deixamos acerca da presença de um ideário económico marxista, na década que se segue ao fim da Segunda Guerra Mundial, mostram que a presença deste foi significativa, não obstante as debilidades teóricas, a fraqueza quantitativa e a hostilidade das forças sociais dominantes.

Poder-se-á acrescentar ainda que essa presença se tornou definitiva, no sentido em que, a partir dessa conjuntura crítica e até ao presente, se desenhou uma nova configuração do campo das ideias económicas em que o marxismo, a par de outras novidades históricas, se tornou elemento fundamental.

Um segundo tipo de conclusões relaciona-se com o modo de produção e de circulação daquelas ideias. Pode talvez afirmar-se que da sua história, aqui apenas reconstituída a traços largos, emergem certas relações, eventualmente válidas em outros contextos mais largos, que deixamos sob a forma de teses provisórias:

a) São os interesses político-estratégicos, expressão dos interesses de classe baseados fundamentalmente na estrutura económica da sociedade, que surgem a organizar o campo das ideias económicas, que, assim, parece apenas dotado de uma autonomia relativa;

b) o Estado capitalista comportou-se como *gestor ideológico* dos interesses da classe, ou bloco de classes, dominante. Prova-o a forma como os aparelhos ideológicos nele integrados repeliram a criação ideológica e teórica susceptível de iluminar os fundamentos da desigualdade social (e não poder haver movimento de ideias desaparelhado);

c) parece difícil sustentar, neste contexto, a ideia da existência de uma comunidade científica. Antes parece ter havido um espaço, a que chamámos *campo científico*, caracterizado pela concorrência e pelas oposições

⁷⁰ *Vd.*, por todos Rui E. Ulrich, *Introdução ao Estudo da Economia Política*, Lisboa, 1947, pp. 137-164.

CARLOS BASTIEN

entre diferentes formações teóricas/ideológicas que são também formações sociais. Estas são constituídas por grupos de economistas que, por sua vez, se radicam e integram em outros grupos e interesses sociais mais vastos, sendo a sua função racionalizar estes últimos e/ou fornecer-lhes a *maitrise* prática da vida económica real, de modo a que esses interesses estratégicos globais possam ser alcançados;

d) parece haver uma relação relativamente forte entre os três níveis de manifestação das ideias económicas, a saber: teoria, ideologias eruditas e senso comum/ideologias banais. Eles parecem alimentar-se mutuamente, designadamente quanto às temáticas valorizadas. Há regras de funcionamento específicas de organização e apresentação dos discursos próprias de cada um daqueles níveis. Contudo, tal parece não impedir a sua coexistência e mesmo a sua parcial interpenetração, no sentido de haver alguma abertura à incorporação de temas e ideias próprias de um nível por parte dos outros.